

Economistas formam bancada heterogênea

■ Único consenso é a necessidade da reforma tributária acompanhada da definição aos gastos e investimentos no setor público

SERGIO LEO E CRISTINA ALVES

Os economistas com mandato parlamentar formam a bancada mais heterogênea do Congresso Nacional. O grupo inclui o petista Lauro Campos (PT-DF), que se autodefine como "marxista hegeliano" e o paladino do liberalismo Roberto Campos (PPR-RJ), que de semelhantes só têm o sobrenome. A bancada de economistas reunirá, no ano que vem, dois velhos rivais: o ex-ministro Delfim Netto (PPR-SP) e a professora Maria da Conceição Tavares (PT-RJ). A professora garante nunca ter feito convite para entrar no plenário de braço dado com Delfim. "Pelo jeito, vou entrar é de bengala", esbraveja a professora, que nos últimos dias está às voltas com uma ciática.

Conceição é uma das que alerta

para o fato de que o governo deverá enfrentar uma briga doméstica quando tentar aprovar a reforma tributária. "O governo quer desonerar os empresários e vai compensar isso em cima dos estados? Como se os governadores dos maiores estados são do PSDB? A briga vai começar em casa", diz Conceição.

Um dos raros consensos entre os economistas está o fato de que a reforma tributária só terá efeito se vier acompanhada de uma definição aos gastos e investimentos no setor público. A maioria apóia a reforma, mas é a favor da simplificação dos impostos, reduzindo o atual cipoal de tributos.

Dos nove parlamentares economistas, um, até a semana passada, não sabia se iniciará 1995 no Congresso ou no Executivo. O senador

eleito José Serra (PSDB-SP) passou as duas últimas semanas mergulhado nas negociações sobre sua ida para o ministério de Fernando Henrique, e foi o único que se recusou a falar sobre sua opinião em

relação aos temas econômicos que devem movimentar o início da próxima legislatura.

O tucano Antonio Kandir (PSDB-SP), que foi secretário de Política Econômica no governo Collor, era um dos principais interlocutores do Executivo junto a deputados e senadores. Na sua opi-

nião, os economistas no Congresso deverão trazer mais racionalidade à discussão dos assuntos econômicos no Congresso. É uma influência importante, mas limitada, ensina Delfim Netto (PPR-SP).

Eleitos torcem o nariz para a proposta de tornar logo o real uma moeda conversível

"No Congresso o economista percebe que é apenas um subconjunto,

o conjunto da sociedade que está lá representada. Há muita gente que simplesmente não se renda à lógica econômica", comenta Delfim, para quem o parlamento também ensina aos economistas: "Lá eles aprendem que as aparências são bem di-

ferentes da realidade."

Enquanto seus colegas do PT já começam a admitir brechas nos monopólios constitucionais, segundo reconhece o senador Eduardo Suplicy (PT), Lauro Campos permanece firme, e cita um socialista utópico, Proudhon, para sustentar seu argumento de que a eliminação dos monopólios estatais só dará lugar a monopólios privados. "Proudhon já dizia que a concorrência mata a concorrência. Não vejo vantagem em trocar a Petrobrás por uma das sete irmãs", comenta, referindo-se às multinacionais do petróleo.

Já a tucana Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, está convencida de que a flexibilização dos monopólios é fundamental para o país avançar. Roberto Campos e Fran-

cisco Dornelles, do PPR do Rio, defensores fervorosos da quebra de monopólios, já admitem as dificuldades. "No caso da Petrobrás, acho muito difícil, mas acredito que pode ser quebrado o monopólio das telecomunicações", diz Roberto Campos.

O BC independente do Tesouro é outra questão que ganha adeptos entre os economistas parlamentares. Terão voto garantido de Dornelles, Campos, Yeda e Delfim. Se bem que Delfim faz uma ressalva irônica: "Voto para me divertir depois. É ilusão achar que a Nação irá se curvar a um burocrata que decidirá quando se fará recessão." A conversibilidade é polêmica. Poucos acreditam que o real torne-se conversível ao dólar.